

**PAPYRUS – MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.-ME**

**Alteração Contratual nº 09**

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**CNPJ: 20.764.981/0001-50**

**NIRE: 3120220215-7**

**HELENO PIMENTEL PEREIRA**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, comerciante, residente na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua Marambaia, nº 420, Aptº 303, Bairro Pedro II, CEP: 30.770-100, portador da carteira de identidade nº M-4.338.919, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF: 693.052.186-87;

**AVELINO PEREIRA JÚNIOR**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão universal de bens, comerciante, residente na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua Marambaia, nº 420, Aptº 303, Bairro Pedro II, CEP: 30.770-100, portador da carteira de identidade nº M-2.539.910, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF: 016.220.056-00;

**CYLENE MARIA PIMENTEL PEREIRA**, brasileira, casada pelo regime da comunhão universal de bens, do lar, residente na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua Marambaia, nº 420, Aptº 303, Bairro Pedro II, CEP: 30.770-100, portadora da carteira de identidade nº M-3.163.119, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF: 008.854.506-71, únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada:

**PAPYRUS – MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.-ME**, estabelecida na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua Siderose, nº 1.116, Bairro Caiçara, CEP: 30.775-120, e foro na comarca de Belo Horizonte-MG, conforme Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais-Jucemg sob o nº 3120220215-7, em 12.09.1985, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 20.764.981/0001-50, resolvem, de comum acordo, consolidar o contrato social, fazendo-o, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Consolidação do Contrato Social para adaptação ao Novo Código Civil, cuja redação se segue:**

**PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FORO**

A sociedade girará sob o nome empresarial: **PAPYRUS – MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA.-ME**, e terá sede e domicílio na cidade de Belo Horizonte-MG, na Rua Siderose, nº 1.116, Bairro Caiçara, CEP: 30.775-120, e foro na comarca de Belo Horizonte-MG;

*Cylene*

*EL*

*AK*

## SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

A sociedade exercerá o ramo de: comércio varejista de livros fiscais, índices para fichários, impressos padronizados e fiscais, formulários contínuos, disquetes, fitas para máquinas e impressoras, materiais e artigos para escritório em geral;

## TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$-20.000,00 (Vinte mil reais), desmembrado em 20.000 (vinte mil) cotas, no valor nominal de R\$-1,00 (Um real), e distribuídas entre os sócios na seguinte proporção:

HELENO PIMENTEL PEREIRA	19.600 cotas	R\$-19.600,00	98 %
AVELINO PEREIRA JÚNIOR	200 cotas	R\$- 200,00	01 %
CYLENE MARIA PIMENTEL PEREIRA	200 cotas	R\$- 200,00	01 %
-----			
TOTAL	20.000 cotas	R\$-20.000,00	100 %

### Parágrafo Primeiro

O capital social foi totalmente integralizado em moeda corrente nacional, conforme instrumentos de contrato social e alteração contratual devidamente registrados;

### Parágrafo Segundo

A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme preceitua o artigo 1.052 do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002;

### Parágrafo Terceiro

Conforme estabelece o artigo 1.054, combinado com o artigo 997. VIII, do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais;

### Parágrafo Quarto

Se, eventualmente, o capital social ou parte dele for integralizado em bens, todos os sócios responderão, solidariamente, pela exatidão do valor estimado dos mesmos, até o prazo de 5 (cinco) anos;

#### **Parágrafo Quinto**

Após integralizadas as cotas, o capital social poderá ser aumentado, e, até 30 (trinta) dias a contar da Assembléia ou Reunião que deliberou sobre o aumento do capital, terão os sócios preferência para participar no aumento de capital, na proporção de suas cotas. Após o prazo de preferência, deverá ser realizada Reunião ou assembléia para aprovação da alteração contratual;

#### **Parágrafo Sexto**

É vedada contribuição que consista em prestação de serviços;

#### **QUARTA – DO PRAZO DE DURAÇÃO**

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, e o início de suas atividades se deu no dia 12 de setembro de 1985;

#### **QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

A administração da sociedade caberá somente ao sócio **HELENO PIMENTEL PEREIRA**, podendo representar a sociedade perante os órgãos públicos federal, estaduais e municipais, bancos e outras instituições financeiras, cartórios, autarquias e órgãos internacionais, escritórios de apoio contábil, financeiro e administrativo; podendo ainda indicar procuradores para representar a sociedade;

#### **Parágrafo Primeiro**

Na ausência ou impedimento do sócio **HELENO PIMENTEL PEREIRA**, a sociedade será administrada pelo sócio **AVELINO PEREIRA JÚNIOR**;

#### **Parágrafo Segundo**

É permitido o uso do nome empresarial, sendo vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social, como avais, fianças, abonos ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio;

#### **SEXTA – DA CESSÃO DE COTAS**

As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua

*Helene*

*H. A.*

aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente;

#### **Parágrafo Primeiro**

O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar aos demais, por intermédio de carta registrada, com antecedência de 90 (noventa) dias, a sua intenção de não mais continuar na sociedade;

#### **Parágrafo Segundo**

O sócio cedente responde solidariamente com o cessionário perante a sociedade e terceiros, pelo prazo de dois anos, a contar do registro da alteração, pelas obrigações que tinha como sócio;

### **SÉTIMA – DO RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO**

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e, ao término de cada exercício, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico;

#### **Parágrafo Primeiro**

A sociedade deliberará em reunião dos sócios, devidamente convocada, a respeito da distribuição dos resultados, desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1.007, da Lei 10.406/2002;

#### **Parágrafo Segundo**

Fica, a sociedade, autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059, da Lei 10.406/2002;

### **OITAVA – DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES SOCIAIS**

As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, presidida e secretariada pelos sócios presentes (observando sempre o mínimo de dois sócios), que lavrarão uma Ata de reunião levada posteriormente a registro em órgão competente;



### **Parágrafo Primeiro**

A convocação para a reunião de sócios se dará por escrito, com obtenção individual de ciência, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme § 2º, do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/2002;

### **Parágrafo Segundo**

A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação de titulares de no mínimo  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital e, em segundo, com qualquer número;

### **Parágrafo Terceiro**

Fica dispensada a reunião dos sócios, quando estes decidirem por escrito sobre as matérias objeto de deliberações, nos termos do § 3º do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/2002;

### **Parágrafo Quarto**

A reunião dos sócios ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, de acordo com o artigo 1.078, da Lei 10.406/2002, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios, salvo se todos os sócios estiverem presentes e decidirem, por escrito, acerca da matéria em pauta;

### **Parágrafo Quinto**

Nas reuniões, o sócio poderá ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados;

### **Parágrafo Sexto**

Os sócios deliberarão em reuniões sobre as seguintes matérias, ressalvado o disposto no § 3º do presente artigo:

- I. a aprovação das contas da administração;
- II. a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- III. a destituição dos administradores;
- IV. a modificação do Contrato Social;

*Bylene*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

V. a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

VI. a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;

VII. o pedido de concordata;

#### **Parágrafo Sétimo**

As deliberações dos sócios serão tomadas, observado os quóruns mínimos a seguir:

I. pelos votos correspondentes, no mínimo a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do capital social, nos casos previstos nos incisos V e VI do artigo 1.071 do Novo Código Civil;

II. pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV, e VIII do artigo 1.071 do Novo Código Civil;

III. pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos neste contrato ou na lei;

#### **NONA - DA RETIRADA "PRÓ-LABORE"**

Pelo exercício da administração, o sócio **HELENO PIMENTEL PEREIRA** terá direito a uma retirada mensal de "Pró-labore", cujo valor será livremente convencionado. O valor da retirada aqui referida será levado a débito da conta "despesas gerais" ou equivalente;

#### **Parágrafo Único**

Os sócios não poderão distribuir lucros ou realizar retiradas, se distribuídos com prejuízo do capital social;

#### **DÉCIMA - DA CAUSA MORTIS**

De acordo com o Código Civil - Artigo 1028 -, no caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida ou extinta, cabendo, aos sócios remanescentes, a decisão de admitir ou não os herdeiros do pré-morto;

*Byline*  
*[Handwritten signatures]*



### **Parágrafo Primeiro**

Esses herdeiros deverão manifestar, por escrito, seu interesse ou não de ser admitidos na sociedade, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do falecimento;

### **Parágrafo Segundo**

Caso não queiram ser admitidos na sociedade, ou caso os sócios remanescentes os não queiram admitir, os haveres do *de cujus*, apurados até o balanço especial, serão pagos em 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, atualizadas com base no índice de preços ao consumidor real – IPC-r/IBGE, ou pelo IGP/FGV, para o mesmo período, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias, contados a partir do evento, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano;

### **Parágrafo Terceiro**

Serão considerados haveres, o saldo de caixa e bancos, estoque e duplicatas recebíveis, o ativo imobilizado que estiver livre de ônus e avaliado pelo valor de mercado, deduzindo as obrigações fiscais, fornecedores, trabalhistas e demais obrigações assumidas pela sociedade a curto ou a longo prazo;

## **DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXCLUSÃO DE SÓCIO**

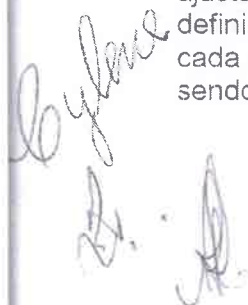
Além do previsto no Novo Código Civil, sócios podem ser excluídos da sociedade, se colocarem em risco a continuidade da sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, reservado o exercício do direito de defesa;

## **DÉCIMA SEGUNDA - DA DISSOLUÇÃO SOCIAL**

Nos casos de dissolução social, os sócios deverão fazer tudo para que a solução seja amigável, vendendo os bens pelo valor de mercado e considerando o saldo líquido do caixa. O saldo líquido do caixa fica aqui definido como sendo o total existente em caixa e nos Bancos, mais o provisionamento para pagamento de despesas inadiáveis, deduzidas as despesas e débitos a serem liquidados. Feito isto, o saldo restante será dividido entre os sócios na proporção de sua participação no capital social;

### **Parágrafo Primeiro**

Se, por qualquer razão, o assunto tenha de ir a juízo, os sócios ajustam desde já que, em qualquer hipótese, o procedimento deverá ocorrer como definido na alínea anterior e a divisão entre eles da mesma forma. Neste caso, cada sócio responderá pessoalmente pelos honorários do advogado que contratar, sendo as custas judiciais divididas entre eles;



### **Parágrafo Segundo**

A sociedade poderá ser dissolvida a qualquer tempo pela vontade dos sócios que representarem 75% (setenta e cinco por cento) do capital social devidamente integralizado, além dos casos previstos no Novo Código Civil;

### **DÉCIMA TERCEIRA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

Os sócios declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, ou de participar dela, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do artigo 1.011, § 1º da Lei 10.406/2002, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade;

### **DÉCIMA QUARTA – DO CONSELHO FISCAL**

A sociedade poderá instituir um conselho fiscal composto de três ou mais membros e respectivos suplentes, sócio ou não;

### **Parágrafo Único**

É assegurado aos sócios minoritários que representarem pelo menos 1/5 do capital social, o direito de eleger um dos membros do conselho fiscal e o respectivo suplente;

### **DÉCIMA QUINTA - FILIAIS**

A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, o que será feito mediante alteração contratual assinada por todos os sócios;

### **DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

A sociedade reger-se-á pelas normas constantes do Novo Código Civil (Lei 10.406, de 10.01.2002), no entanto, nas omissões, reger-se-á, supletivamente, pelas normas das sociedades anônimas (Lei 6.404/76);

*Bylane*  
*R.*  
*A.*

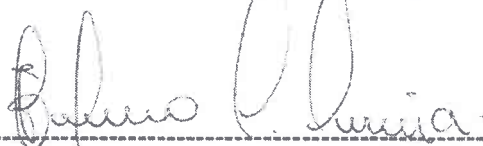


## DÉCIMA SÉTIMA - FORO

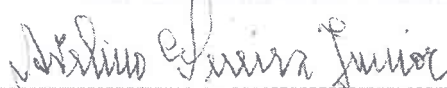
Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte-MG, para qualquer ação neste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

E, não havendo mais nada a declarar, mandaram datilografar o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual lido na presença dos sócios e das testemunhas presenciais, acharam conforme e ratificam, aceitam e assinam, obrigando por si, seus herdeiros e sucessores a bem e fielmente cumpri-lo, sendo uma via arquivada na **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG**.

Belo Horizonte-MG, 08 de janeiro de 2004.



HELENO PIMENTEL PEREIRA



AVELINO PEREIRA JÚNIOR



CYRENE MARIA PIMENTEL PEREIRA



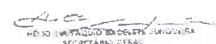
Testemunhas:



----- e -----  
Geraldo Henrique A. Oliveira Martins  
MG-6.380.515 - SSP/MG



Alexandre Corrêa da Silva  
M-9.230.955 - SSP/MG

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
	CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO.: 3263854	
	DATA: 30/12/2004	PROTOCOLO: 049127349
#PAPYRUS MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA -ME#		
 MARCOS VITO PRESIDENTE		 HELOÍSA SECRETÁRIO GERAL